

Crise política, Escândalo no Senado, Covas e eleições, OS DOIS MANDATOS DE FHC

No penúltimo ano de seu segundo mandato presidencial, Fernando Henrique Cardoso enfrenta sério desgaste em consequência do racionamento de energia. Na ocasião, chega a ser criticado tanto por opositoristas quanto por aliados pela falta de planejamento no setor elétrico. Para contornar o problema de abastecimento, é criada a Câmara de Gestão da Crise de Energia, presidida pelo ministro Pedro Parente, da Casa Civil. O governo determina, a partir de junho, uma economia mensal média de 20% no consumo elétrico no Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. As medidas têm eficácia na maior parte do país, mas no Nordeste o governo federal é obrigado a adotar três feriados compulsórios no fim do ano para garantir a meta de redução. Em junho, sua popularidade atinge o índice mais baixo do ano, de acordo com pesquisa realizada pela Sensus Consultoria para a Confederação Nacional do Transporte (CNT): 44,5% dos entrevistados qualificam a administração como negativa, enquanto apenas 17,7% fazem uma avaliação positiva e 35,1% consideram o governo regular. A necessidade do racionamento de energia é anunciada em abril, exatamente quando os índices de popularidade do presidente Fernando Henrique mostravam recuperação. Em março, o índice de aprovação do governo havia alcançado 33,3%, o maior desde dezembro de 1998, ainda em seu primeiro mandato.

Crise política – Além das restrições estruturais no setor elétrico, a equipe econômica precisa driblar os efeitos da crise argentina sobre a estabilidade brasileira. No segundo semestre, o risco argentino permanece alto, mas as atenções se voltam para os Estados Unidos, após os ataques terroristas de 11 de setembro a Nova York e Washington, seguidos pelos primeiros ataques norte-americanos e britânicos ao Afeganistão.

Escândalo no Senado – No primeiro semestre, há eleições para as presidências da Câmara e Senado federais. Ao apoiar a candidatura de Jader Barbalho (PMDB-PA) no Senado, Fernando Henrique entra em choque com Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). O senador baiano inicia então uma onda de ataques ao presidente, a quem acusa de ser conivente com a corrupção. FHC reage demitindo dois ministros indicados por ACM: Waldeck Ornélas (Previdência) e Rodolpho Tourinho (Minas e Energia). Ao mesmo tempo, o presidente cria a Corregedoria Geral da União, chefiada por Anadyr de Mendonça Rodrigues, para investigar denúncias de corrupção no governo. As primeiras tarefas do novo órgão são apurar os escândalos Sudam/Sudene e supostas irregularidades no Ministério dos Transportes. Denúncias provocam também a saída do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, acusado de envolvimento em desvios da Sudene.

Nos meses seguintes, as atenções do Congresso giram em torno dos conflitos que culminam com a renúncia de três senadores acusados de quebra de decoro parlamentar, entre eles os pivôs da crise, ACM e Jader Barbalho, além de José Roberto Arruda.

Durante 2001, ocorrem ainda mudanças em outros dois ministérios. Em janeiro, o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, deixa o cargo, substituído por Celso Lafer. No segundo semestre, Sérgio Amaral assume o posto de Alcides Tápias, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Na posse de Amaral, o presidente Fernando Henrique Cardoso lança um novo lema para o país: "Exportar ou morrer".

Covas e eleições – Em março, a morte do governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB), provoca comoção nacional e movimentos de apelo pela ética na política. Ele é substituído pelo vice-governador, Geraldo Alckmin (PSDB), que protagoniza o debate sobre a possibilidade de vice-presidentes, vice-governadores e vice-prefeitos se candidatarem à reeleição. Em outubro, o Superior Tribunal Eleitoral decide a questão autorizando os vices que assumiram em definitivo o lugar do titular a concorrer novamente ao mandato do cargo principal.

Nos bastidores da política, os preparativos para as eleições gerais de 2002 são intensificados. Os partidos se organizam para lançar os candidatos principalmente à Presidência da República e aos governos de estado. A movimentação em torno do tema em 2001 sinaliza a relevância que ele ganhará no ano seguinte, quando o legado de Fernando Henrique deve ser intensamente debatido.

OS DOIS MANDATOS DE FHC – Analistas listam alguns dos principais avanços e insucessos do atual governo federal. No campo da saúde, o ministro José Serra ameaça quebrar patentes de remédios usados no tratamento da aids e consegue convencer os fabricantes estrangeiros a reduzir os preços. Além disso, lança com sucesso os remédios genéricos. Na educação, o destaque é para o lançamento do Programa Bolsa-Escola Federal, que assegura uma quantia em dinheiro às famílias que mantiverem os filhos na escola. Para a cientista e historiadora política Maria Victória Benevides, da Universidade de São Paulo (USP), um dos grandes feitos do governo foi ter incluído na pauta de problemas nacionais, pela primeira vez na história brasileira, a questão dos direitos humanos. "A discussão sobre a ditadura foi finalmente retomada e houve indenização às famílias das vítimas", diz a especialista. Para ela, faltou, porém, avançar na questão da segurança pública e na política externa, entre outros pontos.

A estabilidade da moeda é um avanço que não pode deixar de ser citado, na opinião do cientista político Alberto Carlos Almeida, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Além disso, ele destaca a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (veja quadro) e o aumento do número de matrículas nos ensinos fundamental e médio. Como ponto negativo, aponta a não-realização das reformas estruturais, com a Tributária e a da Previdência.

Das grandes metas de Fernando Henrique, a reforma administrativa foi a que mais avançou. O presidente conseguiu encaminhar as reformas da Previdência e do Judiciário, mas recebeu críticas porque os resultados ficaram aquém do desejo do próprio governo.

A reforma política ficou praticamente parada durante sete anos e somente voltou à pauta dos debates no fim de 2001. Mesmo assim, as discussões envolviam apenas alguns dos temas propostos na campanha eleitoral de FHC antes de seu primeiro mandato, como a fidelidade partidária e o voto distrital.

As privatizações avançaram nos setores de telecomunicações e de transmissão de energia e entre os bancos estaduais, assim como as concessões da administração de ferrovias e rodovias, mas não alcançaram as empresas de saneamento e os bancos federais. As principais críticas ao processo abordam os preços fixados para a compra das estatais, a permissão de utilização de moeda podre para o pagamento e o financiamento dos compradores por organismos do próprio governo, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).